

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e
Contabilidade - FEAAC

A Intervenção do Estado na Economia Nordestina
Uma Visão Geral do Período 1950 - 1980.

Eurico Rocha Barbosa Costa
BACHARELANDO

Carlos Américo Leite Moreira
ORIENTADOR

Fortaleza, julho de 1995

A Intervenção do Estado na Economia Nordestina
Uma Visão Geral do Período 1950 - 1980.

Monografia submetida à Coordenação
do Curso como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Bacharelando

Monografia aprovada em 10 de Julho de 1995.

Carlos Américo Leite Moreira

Antônio Lisboa Teles da Rosa

Maria Cleide Carlos Bernal

ÍNDICE

	Pág.
Agradecimentos	
Introdução	01
1. Bases da Intervenção Planejada Estatal no Nordeste	
1.1 Apresentação	03
1.2 Uma Ruptura na Teoria Econômica: a CEPAL	04
1.2.1 O Processo de Substituição de Importações	08
1.3 O GTDN e o Novo Modo de Pensar o Nordeste	11
1.3.1 Diagnóstico da Economia Regional na Década de 50	12
1.3.2 O Plano de Ação	18
2. O Novo Modelo de Desenvolvimento Regional.	
2.1 Apresentação	23
2.2 O Estado Oligárquico	24
2.3 As Transformações da Economia Brasileira e a Criação da SUDENE	27
2.4 Transformações da Estrutura Produtiva Nacional	30
3. Uma Avaliação do Modelo	
3.1 Apresentação	36
3.2 A Questão do Emprego	36
3.3 As Deficiências do Modelo e o Paradigma Cepalino	39
3.4 Alternativas	41
Conclusão	44
Tabelas	46
Bibliografia	49

AGRADECIMENTOS

“Gracias a la vida que me ha dado tanto”

(Violeta Parra)

Os maiores agradecimentos pela superação desta etapa são, antes de tudo, para a minha família. E certamente não poderia ser diferente. Entretanto, nenhuma palavra conseguiria aqui retribuir tanta dedicação, incentivo, paciência, amor...

Gostaria também de agradecer aos amigos, colegas de faculdade e a todos aqueles que possibilitaram este trabalho e tornaram a vida universitária uma experiência extremamente rica. Nossos momentos, em algum lugar, serão eternos.

Ao professor Carlos Américo, meu orientador, e aos professores Antônio Lisboa e Cleide Bernal, que compuseram a banca examinadora, fica registrada minha profunda admiração e respeito.

Esta monografia é, finalmente, dedicada aos trabalhadores do meu País e, especialmente, da região Nordeste. A certeza de que nada seria possível sem o esforço destes milhões de brasileiros - gente humilde - acompanha-me.

INTRODUÇÃO

Apesar de ter sido o berço da exploração econômica no Brasil, o Nordeste atualmente é a Região que apresenta os mais negativos indicadores econômicos do País. Esta situação não resulta de acontecimentos recentes da história da Região. Ao contrário, a mesma se apresenta como conseqüência de uma série de fatores que vêm se arrastando através dos anos, de forma que hoje já se encontram bastante arraigados no imaginário nacional as descrições das secas e de seus flagelados a invadir cidades.

Quais as causas da miséria da Região? Por que a economia nordestina entrou em decadência após o êxito de sua fase inicial? Quais os agentes econômicos que atuam na Região e de que forma eles se relacionam? Existem setores interessados na manutenção do atraso? Qual tem sido o papel do Estado e como este pode promover o desenvolvimento regional? São muitas as questões que surgem para quem deseja conhecer o Nordeste e, de alguma forma, contribuir para melhorar o nível de bem-estar desta Região.

A presente monografia tem, portanto, a Região Nordeste como objeto de estudo. Entretanto, ela se restringirá a um elemento especial: o Estado. A escolha do tema - a Intervenção do Estado na Economia Nordestina - nasce da importância que este apresentou como impulsionador de uma série de modificações da estrutura produtiva regional, notadamente no período entre 1950 e 1980.

Nesta perspectiva, o trabalho se desenvolve em três capítulos que procuram abordar aspectos relacionados desde às idéias que contribuíram para uma participação mais efetiva do Estado, passando pelas transformações

proporcionadas por esta participação e concluindo com uma avaliação do modelo.

O primeiro capítulo faz, inicialmente, uma síntese das principais idéias da CEPAL. Este órgão de estudos econômicos, ligado à ONU, produziu uma nova forma de entender a realidade dos Países atrasados na década de cinquenta. Sua defesa de um Estado forte e da intensificação do processo de substituição de importações incentivou a criação de instâncias de planejamento e de políticas industrializantes na América Latina e no Brasil. O capítulo prossegue com uma exposição do documento fundamental do GTDN, grupo que faz uma ligação das teses cepalinas à realidade econômica nordestina.

O capítulo seguinte analisa a principal consequência do GTDN: a intervenção planejada do Estado através da SUDENE. Este importante órgão de planejamento representou uma quebra no modelo de ação do Estado na Região e possibilitou modificações significativas na economia via mecanismos de incentivo fiscal.

O último capítulo se destina a uma avaliação dos primeiros anos de atuação da SUDENE, procurando relacionar os resultados às falhas do paradigma da CEPAL, e a uma breve apresentação de políticas alternativas.

Deve-se deixar claro que a monografia se limita, quase completamente, ao período 1950 - 1980. Evidentemente não se observa uma estagnação da Região nos anos seguintes, mas a análise destes estenderia a pesquisa para além de suas pretensões iniciais: a consolidação de um modelo de intervenção estatal planejada no Nordeste.

CAPÍTULO I

BASES DA INTERVENÇÃO PLANEJADA ESTATAL NO NORDESTE

1.1 Apresentação

O presente capítulo tem como objetivo apontar as raízes da intervenção planejada do Estado na economia nordestina. Neste sentido, ele inicia-se com a análise das principais teses da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), órgão ligado à ONU, que a partir dos anos cinquenta influenciou profundamente a política econômica em nosso continente e, particularmente, no Nordeste brasileiro.

Partindo da constatação de que o comércio internacional, da forma em que estava posto, não levaria à superação do atraso das economias periféricas mas, ao contrário, tornava as distâncias existentes entre os dois pólos da economia mundial cada vez maiores, a CEPAL rompe com a teoria tradicional. Seus trabalhos passam a divulgar um novo modelo para as economias atrasadas, cuja idéia central é a modificação das estruturas econômicas herdadas do período colonial, produtoras de bens primários. Para tanto, este novo modelo defendia uma ação direta do Estado, intensificando e coordenando o processo da industrialização que já vinha ocorrendo espontaneamente através da substituição de importações.

A influência das teses acima mencionadas teve repercussão mundial e deu origem a um corpo teórico diretamente relacionado à problemática das regiões subdesenvolvidas. Desta forma, as idéias cepalinas terão impacto na economia do Nordeste brasileiro através do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que, em documento publicado em 1959, analisa a realidade nordestina e propõe a industrialização da Região como única solução possível para a superação do seu atraso. Referindo-se à industrialização do

Nordeste, afirmava o documento de forma enfática: “Caso se demonstrasse que a solução é inviável, não restaria ao Nordeste senão a alternativa entre despovoar-se ou permanecer como Região de baixa renda” (GTDN, 1959, p. 52).

O desenvolvimento posterior do capítulo estará, assim, calcado na análise da relação entre a CEPAL e o GTDN, base da ação planejada do Estado no Nordeste.

1.2 Uma Ruptura na Teoria Econômica: a CEPAL

As idéias elaboradas pela CEPAL no início dos anos cinquenta representam uma ruptura no pensamento econômico sobre as possibilidades do desenvolvimento das economias periféricas vigentes na época e ligadas à teoria neoclássica do comércio internacional. Esta nova concepção toma forma pela primeira vez nos trabalhos do economista argentino Raul Prebisch e, principalmente, na sua obra *El Desarrollo Económico de América Latina e Algunos de sus Principales Problemas*, publicado em 1950¹.

Neste trabalho, Raul Prebisch, fundamentado na sua experiência como alto dirigente do Banco Central da Argentina, defende a tese de que a relação entre os preços dos bens primários e os preços dos bens industrializados vinha se deteriorando no mercado internacional em prejuízo dos Países periféricos, exportadores de alimentos e matérias-primas. Esta constatação confrontava diretamente a idéia dominante de que se cada País se especializasse na produção daqueles bens cujos fatores necessários a produção possuísse em maior quantidade, todos obteriam vantagens.

¹ Um outro trabalho - *Estudio Económico de América Latina*, publicado pela CEPAL em 1951 - constitui, juntamente com o trabalho de Prebisch, o marco teórico do pensamento cepalino.

Segundo a lei das vantagens comparativas, de clara inspiração ricardiana, os Países periféricos, detentores de terra e mão-de-obra em abundância, deveriam se dedicar à produção de alimentos e matérias-primas, enquanto os Países centrais, detentores de grande estoque de capital, deveriam se dedicar à produção de produtos manufaturados.

Esta concepção sustentava que o maior aumento de produtividade do setor manufatureiro, localizado nos Países desenvolvidos, levaria a uma diminuição dos custos de produção e, conseqüentemente, dos preços dos produtos industrializados. Por outro lado, os preços dos bens primários apresentariam uma relativa estabilidade em virtude de os incrementos da produtividade do setor serem inferiores aos da indústria. Como conclusão, a lei das vantagens comparativas afirmava que os Países atrasados seriam beneficiados ao absorverem os ganhos de produtividade de seus parceiros avançados.

A crítica da CEPAL é clara: não se observava transferência de produtividade dos Países centrais para os Países periféricos mas, ao contrário, os Países do centro estavam se apropriando dos pequenos incrementos de produtividade obtidos na periferia. Como conseqüência deste processo, haveria uma diferença sempre crescente entre as rendas médias dos dois pólos.

Para explicar esta tendência a uma diferenciação cada vez maior entre os níveis de desenvolvimento do centro e da periferia, a CEPAL recorre a uma análise estrutural da realidade econômica mundial. Dentro desta visão, as economias periféricas seriam caracterizadas pelo caráter especializado e heterogêneo de suas estruturas produtivas, enquanto as economias centrais teriam como característica uma estrutura produtiva diversificada e homogênea.

Esta classificação se refere ao fato de as economias atrasadas participarem do comércio internacional oferecendo um número muito pequeno de produtos, geralmente primários, e de haver no interior das mesmas uma divisão entre setores modernos, detentores de técnicas avançadas e ligadas à exportação, e setores atrasados produzindo para o mercado interno. Por sua vez, as economias centrais exportavam uma diversidade muito grande de bens, notadamente industrializados, e possuíam uma estrutura produtiva com um nível de difusão e estágio tecnológico similar em seu conjunto.

O reduzido grau de difusão tecnológica e uma menor dotação de capital por homem seriam os principais responsáveis pela fraca dinâmica do processo capitalista na periferia. Essas variáveis conduziriam a uma taxa de acumulação e crescimento econômico inferior à taxa de crescimento demográfico e, conseqüentemente, a um excedente de mão-de-obra. A geração contínua desse excedente de mão-de-obra constitui a causa fundamental da deterioração ao exercer uma pressão constante sobre os salários pagos na produção primária de exportação e, através dos salários, sobre os preços dessa produção (Rodriguez, 1981, p. 36).

Esta tendência se manifesta através dos ciclos do capitalismo, quando os preços primários aumentam mais do que os industrializados na fase ascendente e baixam mais na fase de declínio. Nas palavras de Raul Prebisch:

“Durante a fase ascendente (do ciclo) uma parte dos lucros (do centro) são absorvidos pelos aumentos dos salários, ocasionados pela competição entre empreendedores e pela pressão das ‘trade-unions’. Quando os lucros precisavam ser reduzidos durante o descenso, a parte que foi absorvida pelos aumentos salariais perde sua fluidez, em virtude da conhecida resistência para

a diminuição dos salários. Assim, a pressão desloca-se para a periferia” (Mantega, 1987, p. 37).

A maior organização dos trabalhadores do centro, decorrente de uma menor oferta de mão-de-obra, aliada às vantagens dos empresários dos Países avançados em relação aos periféricos (atomizados e situados nas etapas iniciais do processo produtivo) explicaria, assim, o deslocamento para a periferia dos aumentos salariais obtidos no centro.

Para tornar mais completa a análise sobre as causas da deterioração dos termos de intercâmbio, explicitadas pela teoria cepalina, deve-se mencionar a diferença de comportamento da demanda de produtos primários em relação a demanda de manufaturados. A CEPAL acreditava que a demanda pelos produtos primários tendia a um crescimento menor do que o da renda, ou seja, “uma porção cada vez menor dos acréscimos de renda dos consumidores do centro seria destinada à alimentação e outros produtos primários, uma vez que essas famílias já usufruíam de uma dieta alimentar razoável” (Mantega, 1987, p. 37). Esta menor elasticidade-renda dos produtos primários seria reforçada pela substituição de matérias-primas naturais por produtos sintéticos e pelo maior aproveitamento das matérias-primas em face do desenvolvimento tecnológico.

A deterioração dos termos de intercâmbio e a menor produtividade média do trabalho das economias atrasadas consolidavam a tendência a uma diferenciação crescente entre os níveis de renda média dos dois pólos da economia mundial. Para a CEPAL, existia apenas um caminho para reverter este processo: intensificar o processo de substituição de importações espontaneamente iniciado.

1.2.1 *O Processo de Substituição de Importações*

O processo de substituição de importações se inicia a partir das duas grandes guerras mundiais - 1914 e 1939 - e da profunda crise econômica ocorrida entre elas. Durante as guerras, o acesso das economias periféricas aos bens importados foi dificultado, ao mesmo tempo que ocorreu um aumento da procura pelos produtos destes Países e, conseqüentemente, de sua demanda interna. Estes fatores certamente incentivaram o surgimento de uma produção industrial destinada a suprir a falta dos bens manufaturados antes importados.

A crise de 30 representa outro acontecimento que contribui para o desenvolvimento industrial periférico e, particularmente, latino-americano. Com a redução drástica dos preços e do volume das exportações primárias, os Países atrasados são obrigados a reduzir as importações para enfrentar a escassez de divisas, apoiando, mesmo que não intencionalmente, o crescimento de sua indústria.

Um outro fenômeno ocorrido a partir dos anos 20 também tem importância no processo de substituição de importações. A ascensão dos Estados Unidos como centro da economia mundial, em substituição à Inglaterra, representou uma piora na balança comercial dos Países periféricos, visto que a economia americana possuía um coeficiente de importações inferior à inglesa.

A teoria cepalina surge, portanto, no momento em que o processo de substituição de importações estava se consolidando e elege a intensificação deste processo como meta primordial. Esta definição de política econômica se deve à visão de desenvolvimento econômico da CEPAL, que, em linhas gerais, assemelha-se às teorias do crescimento de origem neoclássica e keynesiana

(Rodriguez, 1981, p. 36). Para a CEPAL, o desenvolvimento econômico se expressa pelo aumento da renda real por habitante. Desta forma, a industrialização, ao provocar o aumento da dotação de capital por homem ocupado e o crescimento da produtividade média do trabalho, representaria a solução a ser seguida. Além disso, ajudaria a resolver a queda relativa dos preços dos produtos de exportação e as dificuldades na balança comercial dos Países periféricos.

Entretanto, ficava claro para os teóricos da CEPAL que a continuidade do processo industrializante, de maneira a desenvolver todos os setores da produção, exigia uma quantidade de capital e um domínio tecnológico não disponíveis no âmbito das economias atrasadas. A utilização do capital externo passa a ser vista como positiva à medida que propiciaria um salto quantitativo e qualitativo na produção e geraria uma poupança *ex-post*. O caráter nacionalista da CEPAL se expressava, de forma tênue, na objeção à participação deste capital estrangeiro no fomento das atividades primário-exportadoras e estratégicas e na definição de uma transitoriedade da ação do mesmo.

“A CEPAL sugere a entrada de capital externo como solução à raridade de poupança mas enquanto poupança complementar. A coerência com seu modelo de industrialização autônoma implicava uma participação externa transitória, justo para criar um adicional de renda e uma poupança ex-post” (Amaral Filho, 1989, p. 15).

Um outro entrave à industrialização, além da insuficiente poupança interna e do atrasado estágio tecnológico, era identificado na arcaica estrutura agrária existente nestes Países, heranças do período colonial. Esta estrutura, caracterizada pelo fenômeno latifúndio/minifúndio, apresentava um baixo nível

de produtividade e uma insuficiente capacidade de gerar excedentes e, conseqüentemente, sustentar a acumulação industrial.

Este resultado se explica pelo fato de, no latifúndio, “a excessiva concentração de terra dificulta a sua plena utilização devido à grande quantidade de capital que se requereria para explorá-la. Ao mesmo tempo, para proprietários que dispõem de grandes rendas resulta viável, e ainda desejável, manter terras improdutivas, como defesa contra a inflação e por considerações de prestígio social” (Rodriguez, 1981, p. 90).

Os minifúndios, por outro lado, “carecem de capacidade para acumular e para modificar os métodos rudimentares de cultivo, o que lhes impedem de elevar a produtividade da terra e expandir a oferta agrícola” (Rodriguez, 1981, p. 91). Para a CEPAL, fazia-se necessária uma modificação da estrutura de propriedade e posse da terra dos Países periféricos capaz de incrementar a produtividade média do setor, aumentar a oferta de alimentos e matéria-prima e, finalmente, facilitar o desenvolvimento do setor industrial.

Concluindo a breve análise, aqui proposta, da contribuição cepalina para o entendimento da realidade das regiões subdesenvolvidas, especialmente dos Países latino-americanos, deve-se destacar a defesa intransigente da intervenção estatal encontrada nos documentos desta instituição. O pensamento da CEPAL, herdeiro das conquistas teóricas da revolução keynesiana, tem no Estado o grande condutor das reformas indispensáveis ao desenvolvimento periférico. Este Estado, situado acima dos conflitos de classes, seria o responsável pelo planejamento de todo o sistema econômico, orientando os investimentos privados ou intervindo diretamente nos setores de infra-estrutura básica e naqueles setores essenciais em que o capital local não

reunisse condições de atuar, principalmente no departamento I, produtor de bens de capital.

A ênfase na presença estatal, transformando e fortalecendo o capitalismo periférico, teve enormes repercussões práticas na medida que orientou uma série de políticas econômicas em nosso continente. Neste sentido, o GTDN funcionou como transmissor das teses cepalinas para o estudo e a modificação da economia do Nordeste brasileiro, elegendo como meta a grande bandeira da CEPAL: o desenvolvimento capitalista autocentrado das regiões periféricas, baseado na industrialização e no intervencionismo estatal. A análise das idéias centrais contidas no fundamental documento elaborado pelo GTDN será o próximo objetivo deste capítulo

1.3 O GTDN e o Novo Modo de Pensar o Nordeste

A idéia de criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, destinado a estudar a realidade econômica nordestina e seu potencial de desenvolvimento, surge na década de cinquenta com o aumento das distâncias econômicas e sociais entre o Sudeste e o Nordeste e a intensificação das tensões sociais nesta última Região. Este grupo, ligado à Presidência da República, através do Conselho de Desenvolvimento Econômico, elaborou durante dois anos (1957-59) um importante diagnóstico intitulado Uma Política de Desenvolvimento Econômico Para o Nordeste. Este trabalho representou o modelo para a nova forma de ação do Estado na Região, observadas nas décadas seguintes, e para o surgimento do mais importante órgão de desenvolvimento regional do País, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE.

1.3.1 *Diagnóstico da Economia Regional na Década de 50*

Em 1956, o Nordeste brasileiro se constituía na mais extensa área de baixo nível de desenvolvimento do continente americano. Sua renda per capita, comparável à da Bolívia e à do Haiti, equivalia a menos de um terço da renda per capita do Centro-Sul do País. Ou seja, havia uma maior distância entre as rendas per capita do Nordeste e a do Centro-Sul do País do que entre a desta última Região e a de Países altamente industrializados, como a Alemanha Ocidental (GTDN, 1959, p.p. 13 e 14).

Para tornar mais clara a diferença existente entre estas duas regiões brasileiras, o GTDN colocava em evidência alguns dados da época:

- Uma proporção menor da população ativa no total da população: 31,1 contra 33,9 por cento;
- Uma proporção muito maior da população ativa ocupada na agricultura: 71,7 contra 51,1 por cento;
- Uma quantidade muito menor de terra por homem ocupado em trabalhos agrícolas: 13 contra 2,4 hectares;
- Uma quantidade bem inferior de capital investido na agricultura (excetuando o valor das terras); em 1950, para cada hectare de terra cultivada no Nordeste, havia 6.300 cruzeiros de capital imobilizado, contra 27.300 no Centro-Sul;
- Um grau muito menor de capitalização nas indústrias, o que se pode aferir pelo fato de que, em 1950, a cada operário nordestino correspondia 1,55 c.v. instalado nas indústrias, contra 2,34 no Centro-Sul (GTDN, 1959, p.p. 14 e 15).

A escassez relativa do fator terra e o menor grau de capitalização da economia observados nos dados acima, seriam os responsáveis pelo baixo nível de renda do Nordeste. O mais grave, segundo o GTDN, é que a tendência era de um aumento das disparidades de crescimento. As estimativas de renda mostravam que, no período entre 1948 e 1956, a participação da renda nordestina na renda total do País havia se reduzido de 15,5 para 13,4. Ao mesmo tempo, a renda per capita do nordestino passava de 37,3 por cento da renda do habitante do Centro-Sul, em 1948, para 32 por cento, em 1956. (GTDN, 1959, p. 17).

Além da pobreza relativa de seu suporte físico, outros fatores, ligados à própria política de desenvolvimento do País, contribuía para o atraso do Nordeste. Como mostram as estatísticas do período de 1948 - 1956, o Nordeste apresentava saldo positivo na sua balança comercial, suficiente, inclusive, para cobrir o déficit da balança comercial do restante do País. A Região, entretanto, não utilizava em sua totalidade as divisas geradas pela exportação. Segundo o GTDN, cerca de 40 por cento dessas divisas eram transferidas para outras regiões (GTDN, 1959, p. 23). A causa desta transferência residia no mais intenso ritmo de desenvolvimento do Centro-Sul, gerador de uma significativa procura de equipamentos e produtos semi-elaborados importados. Os efeitos dessa procura mais intensa de divisas no Centro-Sul eram agravados pela política de controle das importações que, em razão de seu caráter seletivo, favorecia as importações sem equivalente nacional, mais freqüentes na folha de compras do Centro-Sul (GTDN, 1959, p. 23).

Não tendo acesso à totalidade das divisas que produziam suas exportações e não havendo a possibilidade, para uma vasta quantidade de produtos, de importar a melhores preços do estrangeiro, o Nordeste era

obrigado a despende suas divisas no Sul do País. Neste ponto da análise, o documento alcança duas conclusões. Primeiramente, o Nordeste, fornecendo divisas ao Centro-Sul, vinha contribuindo para o desenvolvimento desta última Região com o fator nela mais escasso: capacidade de importação. Em segundo lugar, o Nordeste constituía um mercado de maiores proporções para o Centro-Sul do que o inverso, ou seja, o Centro-Sul vendia para o Nordeste quantidade maior de mercadorias do que comprava (GTDN, 1959, p. 25). Desta forma, conclui o GTDN, a política protecionista, necessária ao desenvolvimento da indústria nacional, contribuía para aumentar a disparidade dos níveis de desenvolvimento regionais.

É interessante ressaltar que o governo federal compensava, em parte, a saída de recursos do Nordeste para outras regiões. Dispositivos da Constituição de 1946 obrigavam o governo federal a aplicar no Nordeste uma percentagem mínima de 3 por cento da receita tributária, receita que aumentava mais rapidamente que a renda da Região (GTDN, 1959, p.47). Estimativas apresentadas pelo GTDN, relativas a 1933, indicavam que a União despendia na Região, além de todos os impostos ali arrecadados, 4,7 por cento da receita obtida fora da Região.

Entretanto, o GTDN destacava a diferente natureza dos recursos que saíam e daqueles que entravam na economia nordestina. Os recursos que saíam da Região, através do setor privado, representavam capitais em busca de melhores oportunidades de investimentos, geradores de emprego e crescimento. Já os recursos oriundos do governo federal se constituíam, em sua maioria, em simplés subsídios ao consumo, destinados a ações assistenciais, que contribuía de forma mínima para aumentar a capacidade produtiva da Região. Ou ainda, eram destinadas à construção de açudes e estradas de rodagem, obras que, apesar de sua importância, pouco contribuía para tornar

a economia da Região mais resistente às secas ou para acelerar o seu ritmo de crescimento.

Uma questão fundamental da problemática nordestina examinada pelo GTDN se refere à estrutura de produção da agricultura regional e, especialmente, da zona semi-árida. Como observa o documento, a agricultura do Nordeste se encontrava dividida em basicamente duas regiões: uma faixa úmida, produzindo para o mercado externo, e o chamado hinterland semi-árido, ligado à pecuária e, principalmente, a uma agricultura de subsistência.

É nesta última zona que se observam as mais graves dificuldades regionais, dada a pouca resistência da economia ali existente ao fenômeno das secas. Em linhas gerais, a economia desta zona apresentava-se como um complexo de pecuária extensiva e agricultura de baixo rendimento (GTDN, 1959, p. 63). Para o trabalhador rural, a atividade mais importante era a agrícola, enquanto o proprietário das terras se preocupava mais com a pecuária.

Existia, ainda, na maioria das propriedades a cultura de alguma xerófila, geralmente o algodão, cuja produção era dividida, em partes iguais, entre trabalhadores e proprietários. De maneira geral, apenas a pecuária e o algodão eram destinados ao mercado, gerando um fluxo monetário. A produção de alimentos, em sua quase totalidade, destinava-se ao consumo do homem do campo.

A capacidade de produção das fazendas desta Região dependia essencialmente do número de trabalhadores existentes. Desta forma, era do interesse dos donos de terras reter a maior quantidade possível de moradores nas propriedades. Esta lógica, juntamente com o reduzido grau de integração

nos mercados e a baixa produtividade, era a responsável por uma economia extremamente frágil, sujeita a crises periódicas e calamidades sociais.

Na época das secas - baixo nível de precipitações e alta concentração das mesmas - ocorria uma queda abrupta no volume de produção da agricultura de subsistência, ficando uma grande massa de nordestinos sem condição de satisfazer suas necessidades mais essenciais. Como a única fonte de renda desta parcela da população estava relacionada à produção para o consumo próprio, durante as secas, ficava a cargo do governo prover emprego, através das frentes de serviço, e gêneros de primeira necessidade. Para o GTDN, somente a solução das questões do superpovoamento e da agricultura de baixo rendimento praticada na Região poriam efetivamente fim às calamidades sociais provocadas pelas secas.

Para finalizar a síntese do diagnóstico elaborado pelo GTDN para a economia nordestina, resta a análise de dois elementos: a importância do setor externo e o comportamento da indústria nordestina.

Como em toda economia atrasada, o setor externo ocupava no Nordeste importância fundamental. Por possuir uma produção pouco diversificada, a Região se tornava extremamente dependente de importações de produtos manufaturados e, desta maneira, da manutenção de um fluxo constante e significativo de exportações. Estas, segundo as estatísticas apresentadas, vinham se mantendo mais estáveis para o Centro-Sul do País do que para o exterior. Para ilustrar: entre 1948 e 1952, as vendas para o exterior, que representavam 14,5 por cento da renda regional, estavam reduzidas a 5,1 por cento. Houve recuperação nos anos seguintes mas, em 1956, elas voltam a cair. Em compensação, o coeficiente de exportações para o Centro-Sul subiu, no período, de 15,9 para 19,5 por cento.

Afirmava, ainda, o documento, em relação ao período 1948-1956, que o crescimento da economia nordestina apresentava-se basicamente induzido pelo setor externo e, de maneira cada vez mais importante, pelas exportações para o Centro-Sul. Todavia, estas não cresciam na mesma intensidade que a renda do Centro-Sul do País, o que vinha agravar a tendência ao distanciamento das duas regiões.

Com relação à produção industrial, observava-se um grande desnível entre o parque industrial nordestino e o do sul do País. O GTDN questionava, inicialmente, o porquê da não ocorrência na economia açucareira do conjunto de reações que caracterizaram a economia cafeeira e que possibilitaram o desenvolvimento da indústria sulista. A resposta estaria na elevada concentração de renda da economia nordestina que, contando com uma pequena massa de salários, havia entravado a criação de um significativo mercado de manufaturas na Região.

Outros fatores, porém, vieram contribuir para o distanciamento dos níveis de crescimento. A política de amplos subsídios ao setor industrial e as restrições às importações postas em práticas no País beneficiaram, mesmo que sem uma clara intenção, os industriais do Sul. Estes contavam com uma posição financeira mais sólida, um mercado em expansão mais rápida, mais fácil acesso ao sistema bancário e estavam mais bem organizados para exercer pressão junto às autoridades. (GTDN, 1959, p. 56).

Por fim, o GTDN destacava o efeito negativo da frágil estrutura agrícola do Nordeste em relação à industrialização. A baixa produtividade da agricultura, o alto custo da comercialização e a necessidade de importar alimentos de outras regiões vinham encarecendo o preço da mão-de-obra nordestina e, assim, diminuindo a capacidade de concorrência das indústrias da

Região. A reestruturação da agricultura do Nordeste seria, portanto, pré-requisito de um plano de industrialização (GTDN, 1959, p.61).

1.3.2 *O Plano de Ação*

O estudo da economia nordestina permitiu ao GTDN a articulação de um plano para o Nordeste destinado a reverter o quadro de estagnação que caracterizava a Região nos anos cinquenta. A idéia central do plano se encontrava na proposição de uma intensificação dos investimentos industriais, visando criar um centro autônomo de expansão manufatureira. Ao mesmo tempo, e como medida complementar, o plano propõe uma reestruturação da agricultura nordestina, procurando incrementar o seu nível médio de produtividade e a sua resistência às secas.

O presente trabalho procurou agrupar os pontos básicos do plano de ação formulado em 1959 - paradigma para os diversos planos elaborados pela SUDENE - nos seguintes itens:

a) Reorganização da economia da Região semi-árida.

A modificação da estrutura de produção do semi-árido teria o objetivo de tornar esta zona mais resistente às secas. Para tanto, procurar-se-ia eliminar a importância da agricultura de subsistência, especializando-se a Região na pecuária e na cultura de xerófilas. A formação de um grupo de especialistas indicaria a melhor maneira de reorganizar a unidade agropecuária da Região: o problema dos pastos, das sementes e da água. Segundo o plano, o aumento do rendimento médio das terras do semi-árido somente seria possível através do aperfeiçoamento destas duas atividades.

A eliminação da agricultura de subsistência estaria estreitamente relacionada à abertura de frentes de colonização. Estas frentes teriam o duplo objetivo de absorver o excedente de população da Região semi-árida e de produzir gêneros alimentícios para abastecer, parcialmente, aquela Região (GTDN, 1959, p. 84). O interior do Maranhão, em especial, e o de Goiás seriam áreas propícias a receber algumas centenas de milhares de nordestinos.

Para que este empreendimento tivesse êxito, seria necessária a realização de algumas medidas fundamentais: indicação dos tipos de unidade produtiva agropecuária recomendáveis, estimação dos custos do traslado e de instalação da população, indicação do tipo de assistência técnica e financeira a ser proporcionada, sugestão das culturas a serem fomentadas, indicação da forma de comercialização recomendável, estudo dos mercados potenciais e sugestão das linhas de uma política de garantia de preços.

Segundo o GTDN, os recursos requeridos para reorganizar a economia da zona semi-árida poderiam sair do Banco do Nordeste do Brasil e do Banco do Brasil. A obra de colonização, entretanto, exigiria um esforço financeiro que dificilmente poderia ser realizado nos quadros daquelas instituições de crédito. Muito provavelmente seria necessário criar um fundo de recolonização para o Nordeste, no quadro da ação governamental contra as secas (GTDN, 1959, p. 85).

b) Intensificação dos investimentos industriais:

Este constitui o ponto mais importante do plano de ação. A industrialização, de acordo com a visão apresentada, aumentaria a densidade de capital por pessoa ocupada e, conseqüentemente, elevaria a produtividade

do trabalho na Região. Além disso, dinamizaria a estrutura da economia nordestina, absorvendo grandes massas de mão-de-obra.

A estratégia industrializante do GTDN possui os seguintes aspectos:

- i) Instalação de um núcleo de indústria siderúrgica na Região capaz de permitir a expansão de indústrias de transformação do ferro e aço e mecânicas que existiam de forma embrionária.
- ii) Incentivo àquelas indústrias que, apoiando-se numa base favorável de matérias-primas locais, tinham possibilidade de penetrar rapidamente nos mercados em expansão do Sul do País. Como exemplo, cita-se a indústria do cimento, dos adubos fosfatados e a indústria da pesca.
- iii) Incentivo às indústrias tradicionais, que se instalaram na Região em razão da existência de um mercado local, da disponibilidade de matéria-prima e do baixo custo da mão-de-obra. Como exemplo, o documento coloca a necessidade de reverter a tendência à decadência relativa da indústria têxtil do Nordeste.

Na elaboração do plano de industrialização caberia ter em conta que existia na Região (a) um mercado de dimensões razoáveis para um grande número de produtos manufaturados de uso corrente; (b) uma oferta elástica de energia elétrica nos principais centros urbanos; (c) disponibilidade de certas matérias-primas, com respeito às quais o Nordeste ocupava posição privilegiada dentro do País; (d) uma oferta francamente elástica de mão-de-obra não especializada a custos mais baixos que nos centros industriais do Centro-Sul; e (e) que já existiam no País instituições de financiamento

governamentais, tais como o BNDE e o BNB, legalmente obrigadas a despendem na Região um volume substancial de recursos (GTDN, 1959, p. 59).

c) Aumento da oferta de alimentos nos centros industriais:

Este item está diretamente relacionada ao anterior, visto ser a solução do problema do abastecimento dos centros urbanos pré-requisito para o êxito de qualquer política de industrialização. Neste sentido, é proposta a criação de um grupo para avaliar a viabilidade das seguintes medidas:

- i) Intensificação da criação de gado e desenvolvimento da cultura de arroz na Zona da Mata, sem prejudicar o cultivo da cana.
- ii) Expansão da produção pecuária e da cultura de gêneros alimentícios na faixa do agreste.
- iii) Ampliação da frente agrícola nas terras potencialmente irrigáveis das margens do São Francisco.

d) Propostas complementares:

- i) Solução para o problema da oferta de energia elétrica nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, particularmente na costa cearense.
- ii) Aproveitamento de conquistas tecnológicas recentes, como a utilização de fontes eólica e solar para a geração de energia, a criação de chuvas artificiais etc.
- iii) Criação de um grupo, o grupo do Nordeste, encarregado de supervisionar todos os trabalhos e controlar a execução do plano. Este

grupo deveria ter sede permanente numa capital nordestina, de preferência em Recife.

CAPÍTULO II

O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2.1 Apresentação

O capítulo anterior procurou mostrar a importância das teses cepalinas para o entendimento da realidade econômica dos Países periféricos e a influência que estas exerceram na definição de uma série de políticas destinadas a intensificar o processo de substituição de importações na América Latina.

O GTDN foi o elemento responsável pela adaptação do ideário cepalino às condições da economia do Nordeste brasileiro. Através da análise de seu conhecido documento, publicado em 1959, observa-se que a clássica dualidade centro-periferia, presente na teoria da CEPAL, transforma-se na polarização entre as regiões do País.

“Assim, o Nordeste, enquanto Região atrasada, de baixos níveis de industrialização e produtividade, constitui-se a periferia; enquanto o Centro-Sul, industrializado e de mais alto nível de produtividade constituirá o centro. Desse modo, como bem ressalta o documento GTDN, tem-se a conformação de dois sistemas econômicos no interior do País, cuja tendência histórica seria apresentar uma ampliação crescente das diferenças nos níveis de desenvolvimento” (Ferreira e, 1984, p. 6).

Da mesma forma que a CEPAL, o GTDN afirmava que a discrepância de ritmo de crescimento entre o Nordeste e o Centro-Sul tendia a aumentar. Este fenômeno encontraria suas causas tanto em fatores reais, seja a disponibilidade de recursos naturais, como na própria política de desenvolvimento do País.

O comércio inter-regional também se constituía em uma causa importante das diferenças regionais. Nas palavras de Assuéro Ferreira:

“O elo fundamental entre os dois sistemas econômicos, tal como a CEPAL via no contexto da divisão da internacional do trabalho, é a via do comércio inter-regional beneficiando o sistema com maior incorporação de progresso técnico. A consequência mais importante, para a análise do GTDN, é que a Região menos dotada de recursos e de menor grau de desenvolvimento esboçava uma tendência nítida e relevante como área de evasão de excedente econômico” (Ferreira e, 1984, p. 8).

A superação do atraso nordestino exigia, segundo o GTDN, uma intervenção ampla e planejada, modificando a estrutura arcaica da economia regional e criando as condições de um novo estilo de desenvolvimento baseado na industrialização. É neste sentido que se origina a SUDENE, órgão de planejamento destinado a orientar as ações gerais do Estado na Região.

O presente capítulo terá como objetivo central analisar as transformações ocorridas na economia nordestina a partir do novo papel exercido pelo Estado. Nesta perspectiva, vários caminhos serão percorridos. Além de apresentar dados relativos às mudanças na estrutura industrial da Região, com destaque para o setor de bens intermediários, procurar-se-á analisar as condições de criação da SUDENE e comparar a nova forma de ação estatal às principais características do Estado pré-SUDENE.

2.2 O Estado Oligárquico

O início de uma ação mais organizada do Estado no Nordeste data da criação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS - na primeira

década deste século, e que iria, posteriormente, transforma-se no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

Para muitos teóricos, a atuação destes dois órgãos no combate às secas constitui a primeira experiência de planejamento da atividade governamental para resolver os problemas da economia regional. Esta opinião é firmemente contestada por Francisco de Oliveira ao apresentar algumas razões. Em primeiro lugar, torna-se equivocado falar em planejamento regional neste período à medida que o DNOCS era um departamento nacional, concebido para atuar no combate às secas onde quer que ela se apresentasse no território do País. Além disso, é preciso considerar que não havia, na época de criação da IFOCS e do DNOCS, uma teoria de planejamento ou, num sentido mais amplo, teorizações sobre planejamento num sistema capitalista (Oliveira b, 1981, p. 51).

Uma outra razão, ainda mais importante, é citada pelo autor para negar a tese de que o DNOCS representou uma primeira manifestação de planejamento da economia regional:

“O planejamento num sistema capitalista é sobretudo uma forma de reposição transformada dos pressupostos da produção; isto é, uma forma transformada da mais-valia que se repõe no processo produtivo: a ação do Estado, para ser planejada, deve ocorrer essencialmente na passagem entre os resultados do produto e a reposição do ciclo produtivo. Ora, ainda que se aceite que os gastos do DNOCS eram investimentos do Estado, não significavam eles em absoluto transformação das formas do ciclo produtivo; não tiveram, sob nenhuma circunstância, o condão de transformar as condições de produção social do Nordeste algodoeiro-pecuário. Significaram simplesmente um reforço das condições da própria estrutura produtiva, tanto

na esfera da produção quanto na esfera da circulação e da apropriação
“(Oliveira b, 1881, pp. 51 e 52)

Como afirma o trecho acima, o DNOCS, antes de representar uma alteração da estrutura produtiva da Região, serviu para reforçar as relações de poder existentes². Este processo se deu principalmente através da construção de barragens, de estradas e da perfuração de poços nas propriedades nos grandes e médios fazendeiros da Região. Este investimento governamental possibilitava a expansão da atividade pecuária dos latifundiários e reforçava a existência de culturas de subsistência dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes.

A apropriação dos recursos da União pela oligarquia do Nordeste semi-árido, grandes fazendeiros e comerciantes, intensificava-se nos períodos de seca. Primeiramente, esta apropriação ocorria através do fornecimento, a preços mais altos que nas outras zonas produtoras do País, dos mantimentos necessários à manutenção das frentes de trabalho. Além disso, as emergências criavam uma outra forma de enriquecimento e de reforço da oligarquia: “não apenas os eleitores reais dos ‘coronéis’ tinham prioridade para o engajamento nas frentes de trabalho, como os eleitores-trabalhadores-fantasma pululavam” (Oliveira b, 1981, p.55).

Uma última instituição merece destaque nesta exposição sobre o período anterior à SUDENE, o BNB - Banco do Nordeste do Brasil. Criado em 1953, o BNB tinha como função financiar os investimentos de longo prazo da Região. Entretanto, a atuação do banco ficou muito aquém de outras instituições do gênero, como o BNDE, pois, além de estar amarrado aos

² Vale lembrar que a estrutura produtiva desta época se caracteriza pelas culturas de subsistência e pela exportação de produtos primários para o mercado externo e para o Centro-Sul do País. Havia também uma fraca base industrial produtora de bens de consumo não-duráveis e diretamente relacionada ao mercado regional.

recursos orçamentários, sendo portanto ainda uma forma rudimentar de transferência de imposto, o BNB viria a operar nas mesmas taxas que o Banco de Brasil. Somente, após a criação da SUDENE o BNB teve a sua importância ampliada e passou a participar de forma mais efetiva do financiamento industrial de longo prazo, exercendo papel de destaque no novo modelo de desenvolvimento assumido pelo Estado na Região.

2.3 As Transformações da Economia Brasileira e a Criação da SUDENE.

É interessante, antes de fazer uma análise mais detalhada dos rumos que a economia nordestina assumiu após a criação da SUDENE, procurar entender as transformações em curso no centro da economia nacional, principalmente São Paulo, e que teriam o reflexo nas demais regiões do País. Isto porque a própria origem da SUDENE se deve a este processo de consolidação do capital industrial e da integração dos diversos mercados regionais.

As mudanças no padrão de acumulação da economia brasileira tiveram início entre os anos de 1929 e 1933. Neste intervalo observa-se uma intensificação do processo de substituição de importações impulsionado pelas crises da economia mundial no período entre as guerras e pelo razoável grau de capitalização gerado pela economia cafeeira.

A partir deste momento é a indústria, ainda que restringida, quem comanda e determina o ritmo da atividade econômica, em lugar das atividades agrário-exportadoras, dominantes até essa época. O padrão de acumulação se altera, principalmente em São Paulo, mas a atividade econômica continua sofrendo as restrições impostas por uma base técnica ainda estreita, pois não se dispunha de um adequado departamento produtor de bens de produção.

As restrições no Nordeste são maiores. Nesta Região, sob o domínio do capital agrário-mercantil, o padrão de acumulação mudaria pouco. A economia se move segundo os interesses de uma classe infensa a maiores mudanças na estrutura produtiva, industrial e agrícola, que assim procedia para manter o poder oligárquico. No período, portanto, da chamada industrialização restringida, enquanto São Paulo e, em certa medida, Estados como o da antiga Guanabara e o de Minas Gerais tiveram seu parque industrial ampliado e modificado, o Nordeste manteria a base técnica de sua indústria dentro de limites muito estreitos (Carvalho, 1988, pp. 165 e 166).

Entre 1956 e 1961, a estrutura produtiva nacional volta a sofrer profundas modificações. Observa-se então uma significativa expansão dos investimentos, sob a égide do capital externo e do Estado, que irá se expressar numa mudança qualitativa na tecnologia empregada no País e numa sensível elevação na capacidade de produção com a implantação da indústria de bens de produção e de bens de consumo durável.

Neste processo, destacam-se três setores - material de transportes, material elétrico e metal-mecânica. Em 1950, eles apresentavam uma discreta participação relativa na estrutura produtiva nacional perfazendo 5,9% do valor da transformação industrial. Essa participação vai se elevar para quase 15% em 1960 (Smith, 1984, p. 12).

Assiste-se, portanto, “à incorporação na economia brasileira de estilos de competição oligopolista, estilos que podem ser encontrados na estruturação das grandes organizações, nos esquemas de reprodução protegidos, de mercado ‘cativo’, como no caso das indústrias automobilísticas, de construção naval, e no caso das empresas estatais, ao monopólios do Estado em setores produtivos” (Oliveira b, 1981, p. 100).

Todo este esforço de investimento conduziria a uma crise de realização das mercadorias produzidas pelo novo parque industrial. “Mesmo porque a escala de implantação de novos projetos se situava em elevados patamares de capacidade produtiva face aos requisitos mais imediatos da demanda no início da expansão. É necessário considerar que tanto a reserva de mercado como a manutenção de capacidade ociosa fazem parte da mesma lógica em que operavam mercados em regime de oligopólio” (Smith, 1984, p.12).

A expansão dos investimentos para a Região Nordeste, através dos mecanismos de incentivos fiscais, surge como instrumento de manutenção das taxas de lucro da estrutura oligopolista que se consolidava. A SUDENE, criada em 1959 será, assim, a instância organizativa deste processo de expansão.

Deve-se ressaltar que este processo instalará no Nordeste um modelo concentrador semelhante ao existente no Centro-Sul. Primeiro porque a expansão se dará, inicialmente, através da destruição de alguns setores tradicionais da indústria nordestina, que não resistem à competição dos bens industriais fabricados no Sudeste. Em segundo lugar, pelas próprias características do mecanismo 34/18³, investirão mais na Região aquelas empresas que tiverem um maior volume de impostos para descontar.

“Alguns dados ajudam a melhor compreender o processo da expansão. Tomando-se a condição de aplicadores em projetos próprios tem-se que das 100 maiores empresas nacionais, incluindo-se empresas estatais, de capital preponderantemente estrangeiro, de capital preponderantemente nacional e toda classe de mistas, 24 delas têm projetos próprios, implantados ou em implantação no Nordeste” (Oliveira a, 1984, p.63).

³ Dispositivo de redução do Imposto de Renda para aplicação em empreendimentos prioritários no Nordeste.

Constata-se, portanto, que as mudanças observadas na economia brasileira conduzem, num primeiro momento, a um aumento das disparidades regionais e, posteriormente, a reprodução do estilo de desenvolvimento da Região mais dinâmica para a periferia.

À transformação na esfera produtiva corresponde uma modificação nas relações de poder e no comando do aparelho do Estado no Nordeste. A SUDENE representou também uma forma de resolver os conflitos de classe que se acentuavam na Região no final da década de 50. Neste período, presenciava-se um fortalecimento das ligas camponesas e dos movimentos populares na Região e uma crescente contestação das oligarquias tradicionais detentoras do poder. Estes movimentos, segundo Francisco de Oliveira, colocavam em risco a unidade burguesa no País.

A SUDENE representa, desta forma, uma tentativa de solução dos conflitos de classe na Região através do controle do Estado pela burguesia do Centro-Sul:

“A SUDENE traz inscrita, desde a sua origem, a marca da intervenção ‘planejada’ no seu programa, que se reflete mesmo nos textos das leis de sua criação e de seus planos-diretores, isto é, de uma tentativa de superação do conflito de classes intra-regional e de uma expansão, pelo poder de coerção do Estado, do capitalismo do Centro-Sul” (Oliveira b, 1971, p. 116).

2.4 Transformações da Estrutura Produtiva Regional.

Conforme indicado anteriormente, a economia da Região Nordeste sofrerá uma transformação significativa a partir da criação da SUDENE e, de forma mais efetiva, de meados da década de 60, principalmente no setor

industrial. O setor primário, por sua vez, não sofrerá modificações importantes e continuará caracterizado com formas arcaicas de produção, predominando os latifúndios improdutivos e as atividades de subsistência praticados nas pequenas propriedades, notadamente na Região semi-árida.

Este fato ocorre apesar de estar sempre claro nos documentos oficiais, tanto no GTDN como nos primeiros planos diretores da SUDENE, a necessidade de uma reformulação agrária para promover o desenvolvimento regional. Entretanto, as enormes resistências da oligarquia tradicional, cuja força política tem sido manifesta na cena política nacional, impediram qualquer modificação na forma de uso e posse da terra.

Desta forma, as mudanças que irão operar no Nordeste serão, predominantemente, de natureza urbano-industrial. “Assim é que dos projetos aprovados pela SUDENE, até o ano de 1968, apenas 20% eram ligados ao setor agropecuário, correspondendo apenas, a cerca de 9,8% do investimento total previsto” (Ferreira c, 1985, p. 481).

No período entre 1965 e 1980, o produto da indústria extrativa e de transformação cresceu a uma taxa de aproximadamente 10% e os investimentos cresceram a 21% por cento ao ano. Este crescimento se dará fundamentalmente a partir das indústrias de bens intermediários, em detrimento da indústria tradicional, baseada na produção de bens de consumo não-duráveis, principalmente a têxtil e de produtos alimentares.

Segundo o censo industrial de 1960, o setor de bens intermediários representava 16% do valor da transformação industrial. Já em 1975 esta participação alcançava 42%. Enquanto isto, o segmento produtor de bens de consumo não-duráveis passou de uma participação de 83% para 47%. É

interessante notar que o setor de bens de consumo duráveis e de bens de capital também apresentam expansão significativa no período. Entretanto, a sua pequena base inicial dá lugar a que seja ainda pouco importante a sua participação na estrutura da indústria regional (Guimarães, 1984, p. 543).

A análise seguinte, baseada em artigo de Assuero Ferreira publicado em 1985, terá o objetivo de fazer uma descrição mais detalhada da performance dos diferentes setores.

Um dos setores que mais se destacam na industrialização do Nordeste é o setor químico. Dos projetos aprovados pela SUDENE, através do mecanismo 34/18 - FINOR, até o ano de 1978, 11,4% se destinaram a este segmento, ou seja, 27% do investimento total. Uma parcela importante deste investimento, 34% (até 1976), localizou-se na Bahia, evidenciando uma concentração, tanto à nível setorial quanto à nível regional, a favor do polo Petroquímico Baiano. Somando o impulso decorrente dos incentivos fiscais à exploração petrolífera no Recôncavo Baiano, o setor apresentará, em 1975, uma participação de 17,7% do VTI regional, contra 3,5% em 1949.

Já os setores têxtil e de produtos alimentares apresentarão tendência inversa. Estes setores respondiam, em 1949, por cerca de 35 e 58% do VTI regional. Esta participação cairá progressivamente, chegando, em 1975, a somente 12,4 e 23,5%, respectivamente, daquele total.

“Esta perda se deveu, em parte, às características tradicionais desses segmentos tais como o uso de tecnologias obsoletas existentes nos dois setores, à predominância da média e pequena produção no setor alimentar, determinando a manutenção dos baixos níveis de produtividade, relativamente à nível agregado” (Ferreira c, 1985, p. 485).

O setor de minerais não-metálicos também irá assumir uma certa relevância na geração de renda e emprego. Entre 1949 e 1959, sua participação no VTI cresceu a uma taxa média de 4,3% ao ano, para um aumento da participação no emprego de 3,6%. No período posterior (1959-70) estas taxas permanecem crescentes, mas apresentam uma redução, situando-se em 3,4 e 2,1%, respectivamente. Entre 1970 e 1975, as mesmas alcançarão 4,0 e 1,0%.

Até meados de 1969, o setor detinha 11% dos investimentos aprovados pela SUDENE, correspondendo a 12,1% do número total. “Contudo, não se pode concluir que, em termos agregados, tenham ocorrido mudanças significativas da organização industrial que permitissem a obtenção de maior eficiência produtiva, à medida que permaneceram os baixos níveis de produtividade” (Ferreira c, 1958, p.489).

Com relação à indústria metalúrgica, constata-se que, no período 1949-59, a sua participação no valor agregado da indústria de transformação regional cresceu a uma taxa média anual de 2%. Este desempenho é sensivelmente melhorado no período seguinte quando observa-se, entre 1959 e 1970, um crescimento de sua participação no VTI regional da indústria de transformação a uma taxa média anual de 8,7%. Até meados de 1969, o setor detinha 9,2% dos projetos aprovados pela SUDENE, correspondendo a 18,1% na participação dos investimentos.

Finalmente em relação à indústria mecânica, verifica-se que este setor apresentava uma baixa participação até 1970. Entretanto, no período 1970-75, ele sofrerá um significativo impulso, alcançando, em 1975, 5,1% do VTI da indústria de transformação do Nordeste.

Além da tendência a uma maior participação da indústria de bens intermediários no total da produção industrial da Região, uma outra característica se destacava no exame das estatísticas referentes aos primeiros anos de atuação da SUDENE: a concentração espacial.

Observa-se que os Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia detinham, respectivamente, 16,4%; 33,3% e 21,3% do total de projetos aprovados até 1969. Com relação ao montante de investimentos, as proporções para esses Estados eram de 9,1%, 28,8% e 5,2%, respectivamente, ou seja, centralizando 73,1% dos investimentos.

Deve-se ressaltar que esta concentração dos investimentos não pode ser atribuída a uma intencionalidade de favorecimento de alguns Estados pela SUDENE. Este processo se explica pelo fato de que a decisão de inversão sempre levará em conta certas vantagens comparativas locais que se expressam, principalmente, em dadas condições infra-estruturais. “Na verdade, isso somente vem demonstrar que o planejamento institucional do capitalismo está fortemente limitado pelas próprias condições que esse sistema, em si, requer para o seu funcionamento” (Ferreira c, 1985, p.497).

A consequência mais evidente de todo o processo de industrialização aqui relatado está no fortalecimento da articulação da estrutura produtiva do Nordeste com as regiões mais desenvolvidas. Esta articulação ocorre não só em relação à dependência de fornecedores extra-regionais, mas também aos mercados e aos recursos que financiaram os investimentos no setor.

Segundo pesquisa realizada pelo Banco do Nordeste e SUDENE, citada por Guimarães, em 1978, 58% da produção industrial da Região era realizada no mercado extra-regional. Esta característica abrangia tanto os bens

intermediários e de capital - material elétrico (75%), borracha (83%), metalúrgico(60%), mecânica(55%), química(58%) - como o setor produtor de bens de consumo não-duráveis - têxtil (79%), alimentos (61%) e fumo (89%).

Quando se indaga sobre a integração vertical da atividade produtiva, a mesma pesquisa revela que 48% do total dos insumos eram comprados fora do Nordeste. Em relação à aquisição de equipamentos, apenas 4% eram adquiridas na Região.

O processo de integração e articulação torna-se mais claro quando se constata que, até 1978, 40% das empresas incentivadas pelo mecanismo 34/18-FINOR pertenciam a grupos que possuíam empresas do mesmo setor em outras regiões brasileiras, sem contar as unidades produtivas que se instalaram no Nordeste em diferentes segmentos produtivos.

De todas as informações acima, Tânia Bacelar conclui que, ao contrário do que preconizava o GTDN, as duas características essenciais assumidas pelo crescimento industrial do Nordeste são a dependência e a complementariedade.

“Por conseguinte, os resultados contrastam com o proposto no projeto de industrialização do GTDN para o Nordeste, que, como foi visto, pretendia incentivar na Região a criação de um parque autônomo, fundado numa indústria de base, de forte poder germinativo, de elevada capacidade dinamizadora interna, fortemente ligada à base de recursos da Região nordestina” (Bacelar, 1981, p. 8).

CAPÍTULO III

UMA AVALIAÇÃO DO MODELO

3.1 Apresentação

Esta última parte do trabalho se destina a fazer uma avaliação das conseqüências da intervenção planejada do Estado na Região Nordeste. Nesta perspectiva, haverá a preocupação de comparar os resultados obtidos com as proposições iniciais que defendiam a possibilidade de um novo modelo de desenvolvimento capaz de melhorar as condições de vida da população nordestina.

A questão do emprego, por ser uma variável fundamental do ponto de vista social, será a variável analisada. Possibilitou a política estatal, no período estudado, um aumento na oferta de emprego capaz de absorver o crescimento da força de trabalho e o grande número de desempregados e subempregados que caracterizavam a economia regional?

A resposta à questão acima levará a um resgate das idéias da CEPAL apresentadas no início da monografia, base das políticas de desenvolvimento na América Latina, e à exposição das deficiências do paradigma cepalino. Para finalizar o capítulo serão esboçadas algumas alternativas para o impasse vivido pela política econômica regional.

3.2 A Questão do Emprego

A idéia original do GTDN e dos primeiros planos-diretores da SUDENE era promover uma ampla industrialização do Nordeste a partir da criação de um parque autônomo de elevada capacidade dinamizadora interna. O resultado

mais evidente deste processo seria uma melhoria dos indicadores econômicos e sociais da Região e uma diminuição das disparidades regionais.

Entretanto, ao contrário das previsões iniciais, o processo de industrialização nordestino seguiu outros caminhos. Uma intensa articulação com as regiões mais desenvolvidas se consolidou através dos mecanismos de incentivos fiscais e as possibilidades de uma integração vertical da estrutura produtiva regional foram reduzidas. Além disso, o tipo de industrialização implantada, utilizando tecnologia intensiva em capital, limitou a capacidade de geração de empregos.

Segundo pesquisa apresentada por Leonardo Guimarães Neto, entre 1960 e 1980, comparando-se apenas os estabelecimentos com mais de cinco pessoas, houve um acréscimo de aproximadamente 285.000 pessoas empregadas na indústria. Como em 1960 o número de pessoas empregadas na indústria extrativa e de transformação era de 178.000, passa-se em 1980 para o total de 463.000.

“Tendo em vista a base pequena da qual se partiu, em termos de contingente empregado, o razoável crescimento de 4,7% ao ano do emprego industrial no referido período, não deu lugar a uma geração de empregos diretos que tivesse alguma significação no encaminhamento de solução para absorção do desemprego e subemprego urbano já existente ou em relação ao contingente que ano a ano chega ao mercado de trabalho, notadamente os das maiores cidades nordestinas (Guimarães, 1984, p. 548).

Constata-se, através dos censos industriais do período 1960-75, que o setor que mais contribuiu para a criação de postos de trabalho foi a indústria de bens intermediários. Este setor apresentou um ritmo de crescimento quase duas

vezes e meia maior que o segmento de bens de consumo não-duráveis (5,9% ao ano contra 2,5%).

O pequeno crescimento relativo do emprego na indústria de bens de consumo não-duráveis se deveu a pelo menos duas razões. Primeiramente, ele está associado à implantação de vigorosos programas de modernização, necessários à sobrevivência do setor, que resultaram em uma redução significativa do emprego, sobretudo no gênero têxtil. Uma segunda razão se encontra no fato de que nem todos os segmentos resistiram à competição, contribuindo para uma reduzida absorção da mão-de-obra na indústria tradicional.

A capacidade de geração de empregos indiretos pela estrutura industrial instalada na Região também se mostra limitada pelas características antes ressaltadas. A forte vinculação da atividade manufatureira regional com o segmento produtivo das regiões mais industrializadas do País, quando se constata que a quase totalidade dos equipamentos e metade dos insumos industriais são adquiridos fora da Região, define um reduzido poder de repercussão que a acumulação de capital teria em relação à geração indireta de renda e de empregos.

Uma outra razão contribuiu para o limitado poder de geração de empregos indiretos. Além de bens de capital e de insumos industriais, observa-se uma significativa importação de alimentos e de outros bens de consumo. Ou seja, ao receber seu rendimento, o consumidor nordestino adquire parte importante dos bens que constituem sua cesta de consumo fora da Região.

“É evidente que isto representa um ‘vazamento’ adicional importante, já constatado na atividade industrial, quando os efeitos dinamizadores por conta

das compras de insumos e equipamentos se transferem para outras regiões brasileiras, sobretudo as mais industrializadas” (Guimarães, 1984, p. 558).

3.3 As Deficiências do Modelo e o Paradigma Cepalino

Os resultados insuficientes da industrialização nordestina nos remetem novamente a uma análise das teses cepalinas, que influenciaram a intervenção planejada do Estado na Região.

Assim como a CEPAL, o GTDN e os primeiros planos da SUDENE demonstravam uma firme confiança nas possibilidades do crescimento industrial e no pleno desenvolvimento das forças capitalistas.

“Ao postular o desenvolvimento capitalista, a CEPAL pressupunha que essa forma de organização econômica traria benefícios sociais gerais, não apenas para a burguesia industrial, que era uma parcela reduzida da população, como também para as demais classes e grupos sociais (trabalhadores, classe média, etc), que se constituíam no grosso da nação” (Mantega, 1987, p.42).

“Reconhecidamente, a perspectiva do GTDN a respeito do papel que a atividade industrial poderia ter na absorção dos excedentes relativos (de mão-de-obra) pode ser classificada como otimista” (Guimarães, 1984,p. 537).

Fica claro, porém, que, após algumas décadas de um processo de industrialização mais intenso na América Latina e no Nordeste, a CEPAL e o GTDN deixaram de analisar com mais profundidade as relações de classe e as tendências mais gerais do modo de produção capitalista.

Para ambas as concepções, a modificação da estrutura econômica da periferia, sob a coordenação decisiva do Estado, propiciando a elevação e a

retenção da produtividade, levaria necessariamente a alterações na estrutura social e política a partir da extensão dos benefícios do desenvolvimento para a maioria dos grupos sociais.

O Estado assumia, na ausência de classes sociais, papel fundamental nas duas teses, funcionando como principal racionalizador da economia. Segundo Jair do Amaral, o Estado cepalino, e por extensão o do GTDN, seria marcado ora pelo voluntarismo ora pela visão instrumentalista.

“A visão voluntarista aparece desde o início, quando se preconiza que os Estados Latino-Americanos rompam com a divisão de trabalho ricardiana e introduzam ao mesmo tempo um processo de industrialização intensiva e auto-centrada, tudo isto sendo orientado por uma espécie de projeto nacional”. Com relação à visão instrumentalista, ela “aparece com a proposição de um aparelho estatal ‘moderno’, dotado de capacidade técnica e eficiência, a fim de colocar em marcha as novas funções do Estado planejador” (Amaral Filho, 1989, p. 31).

A idéia de um Estado eficiente e neutro não considerava o fato deste ser um produto das relações sociais e que a direção de suas políticas é determinada pelos conflitos de classe. Desta forma, a realidade capitalista da periferia, com o contraste entre o poder das oligarquias tradicionais e dos setores oligopolistas em relação ao reduzido grau de organização das camadas menos privilegiadas, mostrou-se mais complexa que as teses da CEPAL e do GTDN, frustrando, assim, suas expectativas.

3.4 Alternativas

A esta altura da exposição, verifica-se que, apesar do crescimento do parque industrial nordestino, não houve uma melhoria correspondente das condições de vida de ampla parcela da população. A concentração da renda regional aumentou e os índices de desemprego e subemprego continuaram preocupantes.

Para alguns economistas, o problema se deve, principalmente, a uma insuficiência dos recursos destinados à Região.

“Existe uma desproporção muito grande entre o volume de recursos canalizados para a Região e aquele que seria necessário para reverter o processo histórico de deterioração da posição relativa do Nordeste, no contexto da economia brasileira” (Holanda b, 1984, p.721).

Ou seja, um aumento no volume dos investimentos, com o conseqüente aumento da renda per capita, seria suficiente para modificar os indicadores sociais (Gomes, 1993, p.27).

Para Assuéro Ferreira “este é um raciocínio, sem a menor dúvida, sofismático e ideologicamente benfazejo à manutenção do status quo” (Ferreira, 1989, p.8). Segundo esta corrente de pensamento, que demonstra ser mais coerente, sem uma modificação da estrutura produtiva e uma maior seletividade dos investimentos, o crescimento econômico continuará beneficiando apenas as elites da Região.

Neste sentido, duas alternativas básicas se apresentariam: uma profunda modificação da estrutura de posse e uso da terra e um redirecionamento do modelo industrial.

Como já foi visto, o setor agrário nordestino permaneceu praticamente inalterado devido às poderosas resistências políticas da tradicional oligarquia nordestina.

As proposições do GTDN, entretanto, permaneceriam corretas. Uma reforma agrária criaria a possibilidade de uma maior oferta de alimentos, com efeitos positivos tanto sociais como econômicos - reduzindo as pressões inflacionárias e financiando a indústria.

“Deve-se deixar bem claro que não estamos pensando em reforma da estrutura agrária do Nordeste apenas através da distribuição de terra. Esta envolve todo um processo de transformação produtiva e social que leva em conta um uso mais racional da terra, inclusive respeitando o ecossistema, com formas variadas e adequadas de apropriação (individual, coletiva ou comunitária) e de inserção tecnológica, bem como de estabelecimentos de canais e infra-estrutura de comercialização. Contudo, a condição prévia para se atingir tal objetivo passa pela necessidade de se redefinir a estrutura de posse historicamente vigente no Nordeste” (Ferreira e, 1989, p. 21).

Com relação à indústria, a alternativa estaria numa maior integração da estrutura produtiva regional, seja articulando-se internamente (integração intra-setorial), seja com os demais setores produtivos da economia.

“Quanto aos segmentos que prioritariamente devem ser considerados na busca de uma integração do aparelho produtivo da Região, vários documentos

tem, recentemente, apontado, no que se refere à articulação interna do próprio setor industrial, a implementação dos complexos industriais, da metal-mecânica e o desenvolvimento da pequena e média empresa em razão de sua estreita vinculação com a base de recursos regionais” (Guimarães, 1984, p. 567).

Para finalizar, deve-se deixar claro que as proposições acima teriam como pré-condição uma democratização do sistema de crédito regional, em especial do BNB, subordinando a atuação deste aos interesses coletivos. Esta meta, entretanto, somente seria factível através de uma ampla participação da sociedade organizada no controle das instituições creditícias e, de uma maneira geral, do próprio Estado.

CONCLUSÃO

Ao final desta monografia, podemos relacionar algumas conclusões que nos permitem compreender melhor a natureza da intervenção planejada do Estado no Nordeste:

- i) A CEPAL representa um fundamental referencial teórico para o fortalecimento do Estado e do processo industrializante na América Latina e no Brasil.
- ii) O GTDN adaptou as teses centrais da CEPAL para a realidade econômica Nordestina. Desta forma, contribuiu para o surgimento de uma nova visão sobre a Região, diferente daquela difundida pelas tradicionais oligarquias, e para a criação da SUDENE.
- iii) A SUDENE constitui a mais importante expressão do novo papel exercido pelo Estado na Região. Através de sua atuação, a partir de 1959, a Região sofre um intenso processo de industrialização e integração à economia nacional.
- iv) Apesar dos elevados índices de crescimento industrial, particularmente no setor produtor de bens intermediários, não se observou uma correspondente melhoria dos níveis de bem-estar da população.

Como visto, as transformações promovidas pelo Estado nas últimas décadas não garantiram alterações significativas das características de miséria e subdesenvolvimento da Região. Somente um redirecionamento da política industrial, promovendo uma maior articulação intra-regional do aparelho

produtivo, e uma reforma da estrutura de uso e posse de terra, parecem capazes de estender os benefícios para as camadas menos privilegiadas.

Esta proposição, entretanto, deve considerar que qualquer mudança nas relações de poder envolvem poderosos conflitos de interesses e que o fortalecimento da cidadania é pré-requisito para um Nordeste mais justo.

TABELAS

TABELA 1

População e Renda das Principais Regiões do Brasil em 1956

REGIÃO	População (Mil hab.)	RENDA TOTAL		RENDA PER CAPTA	
		Bilhões de Cr\$	Milhões de US\$	Cr\$	US\$
Norte	3.958	25,0	440,9	6.316	111
Nordeste	18.714	102,2	1802,5	5.461	96
Centro-Sul	37.135	636,9	11.232,8	17.151	303
BRASIL	60.080	764,1	13.476,2	12.718	224

FONTE: GTDN

TABELA 2

Índices da Produção Real (1948 = 100)

	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956
Nordeste	102,1	106,8	101,1	106,1	110,7	122,3	129,8	137,8
Centro-Sul	104,8	112,4	121,6	129,2	132,0	141,8	147,2	151,0
BRASIL	104,4	111,5	181,4	125,6	128,7	138,8	144,5	149,0

FONTE: GTDN

TABELA 3

Valor do Intercâmbio do Nordeste com o Exterior e com o Centro-Sul

(em milhões de cruzeiros)

	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956
IMPORTAÇÕES									
Total	7.384	8.508	8.768	11.413	11.402	12.577	16.429	20.262	24.569
Do interior	5.541	6.630	7.141	8.298	8.159	10.792	12.871	16.477	19.692
Do exterior	1.843	1.878	1.627	3.115	3.243	1.785	3.658	3.785	4.877
EXPORTAÇÕES									
Total	7.768	7.070	8.644	10.542	8.830	11.543	17.992	23.542	27.676
Para o interior	4.069	4.579	5.349	6.843	6.687	7.975	10.804	13.495	19.845
Para o exterior	3.699	2.491	3.295	3.699	2.143	3.568	7.188	10.047	7.831
SALDO									
Total	+ 384	- 1.438	- 124	- 871	- 2.572	- 1.035	+ 1.563	+ 3.280	+ 3.107
Com o interior	- 1.472	- 2051	- 1.792	- 1.455	- 1.472	- 2.817	- 2.067	- 2.982	+ 153
Com o exterior	+1.856	+ 613	+ 1.668	+ 584	- 1.100	+ 1.783	+ 3.530	+ 6.262	+ 2.954

FONTE: GTDN

TABELA 4

Nordeste - Crescimento do Valor da Transformação Industrial (VTI) no Período 1960-1975

Especificação	Taxa Anual de Crescimento
1. Extrativa Mineral	2,3
2. Indústria de Transformação	10,2
a) Bens de Consumo Não-duráveis	8,2
b) Bens Intermediários	11,5
c) Bens de Consumo Duráveis e de Capital	20,4
3. TOTAL	9,6

FONTE: IBGE: Censos Industriais de 1960 e 1970

TABELA 5

Nordeste - Indústria de Transformação

Valor da Transformação Industrial (VII) Segundo os Gêneros, em Percentagem - 1949 - 1975

Gêneros	Anos			
	1949	1959	1970	1975
1. Produtos de Minerais Não-Metálicos	5,30	8,11	11,70	9,42
2. Metalúrgica	1,70	2,07	5,19	8,21
3. Mecânica	0,15	0,15	1,89	5,11
4. Material Elétrico e de Comunicações	-	0,16	2,62	3,02
5. Material de Transporte	0,15	0,80	1,14	1,24
6. Madeira	1,10	1,68	1,67	1,86
7. Mobiliário	0,57	1,61	1,94	1,51
8. Papel e Papelão	0,45	1,74	0,69	1,49
9. Borracha	0,04	0,30	0,31	0,45
10. Couros e Peles e Produtos Similares	1,98	2,29	0,69	0,57
11. Química	3,55	14,93	15,25	17,71
12. Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,54	0,30	0,13	0,18
13. Perfumaria, Sabões e Velas	1,49	1,44	0,87	1,11
14. Produtos de Matérias Plásticas	-	0,02	0,44	1,60
15. Têxtil	35,29	24,06	13,51	12,43
16. Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	1,80	2,22	3,80	4,81
17. Produtos Alimentares	37,94	29,63	30,27	23,53
18. Bebidas	3,22	2,98	4,85	2,83
19. Fumo	2,28	3,14	0,01	0,13
20. Editorial e Gráfica	2,14	1,88	2,50	2,10
21. Diversos	0,22	0,36	0,45	0,59

FONTE: IBGE

TABELA 6

Pessoal Ocupado, VTI, Produtividade e Salário Médio na Indústria Extrativa Mineral e de Transformação, Segundo Subperíodos 1960-1970-1975-1980

Especificação	Taxas Anuais de Crescimento					Total Geral
	Extrativa Mineral	Transformação			Duráveis e de Capital	
		Total	Não-duráveis	Intermediários		
Pessoal Ocupado						
1960/70	- 1,5	2,2	0,6	4,4	9,0	1,9
1970/75	1,9	8,8	6,9	9,4	17,2	8,5
1975/80 ⁽¹⁾	-	6,5	-	-	-	-
Valor da Transf. Industrial (VTI)						
1960/70	- 5,9	6,4	5,0	7,5	15,5	5,5
1970/75	23,1	19,2	15,6	21,0	31,9	19,3
Produtividade						
1960/70	- 4,5	4,1	4,4	3,0	6,0	3,5
1970/75	20,9	9,5	8,1	10,6	12,5	9,9
Salário Médio						
1960/70	- 3,6	3,8	2,7	5,2	3,2	3,4
1970/75	17,9	5,7	-	3,1	-	6,2

FONTE: IBGE: Censos Industriais e Sinopse Preliminar do Censo Industrial de 1980

(1) Para efeito de comparação entre os censos de 1975 e 1980 (Sinopse Preliminar), foram utilizados os dados referentes a estabelecimentos com mais de cinco pessoas ocupadas.

BIBLIOGRAFIA

1. AMARAL FILHO, Jair do. CEPAL: Fonte dos paradigmas do desenvolvimento da América Latina (uma leitura pós-cepalina e heterodoxa), Fortaleza, CAEN, mimeo, 1989.
2. ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Industrialização do Nordeste: intenções e resultados: In seminário internacional sobre Disparidade Regional, Anais, Recife, FORUM Nordeste, 1981.
3. CARDOSO, Fernando Henrique. As idéias e seu Lugar, Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento, Petrópolis, Vozes, 1980 .
4. CARVALHO, Otamar de. A Economia Política do Nordeste: Secas, Irrigação e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Campus, 1988.
5. CASIMIRO, L. M. Carleial de. Seca: Momento para Repensar a Pobreza no Nordeste - uma análise a partir do Estado do Ceará, Fortaleza, IEL - Ce, 1984.
6. CAVALCANTE, Jacqueline Franco. Desenvolvimento e a Dinâmica da Industrialização Recente no Estado do Ceará, Fortaleza, CAEN, dissertação de mestrado, 1992.
7. CHILCOTE, Ronald H. Teorias Reformistas e Revolucionários de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, São Paulo, Revista de Economia Política, 3 (3) jul/set, 1983.
8. FERREIRA, Assuero. A Dinâmica da Expansão Industrial Recente no Nordeste, Fortaleza, Revista Econômica do Nordeste, 14 (2) abr/jun, 1983.

9. _____ . Em Busca de um Novo Estilo de Desenvolvimento para o Nordeste, Fortaleza, CAEN, Texto n° 71, 1989.
10. _____ . Mudanças Estruturais do Perfil do Industrial no Nordeste, Fortaleza, Revista Econômica do Nordeste, 16 (3) jul/set, 1985.
11. _____ . O Nordeste Brasileiro, Contraponto Inacabado da Acumulação?, São Paulo, Revista de Economia política, 3 (3) jul/set, 1983.
12. _____ . Para um Estudo da Economia Política do Nordeste, Fortaleza, inédito, mimeo, 1984.
13. GOMES, Gustavo Maia. Diretrizes para um Plano de Ação do BNB (1991-1995), Uma Estratégia para Acelerar o Desenvolvimento do Nordeste, Fortaleza, Revista Econômica do Nordeste, 24 (114) jan/dez, 1993
14. GONZALEZ, Horácio. O Que é Subdesenvolvimento, São Paulo, Brasiliense, 1984.
15. GTDN. Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1959.
16. GUIMARÃES Neto, Leonardo. Notas sobre Emprego e Indústria no Nordeste, Fortaleza, Revista Econômica do Nordeste, 15 (3) jul/set, 1984.
17. HOLANDA, Nilson. A Política de Desenvolvimento do Nordeste, Fortaleza, BNB, 1979.

18. _____ . O Caso do Nordeste Brasileiro, Fortaleza, Revista Econômica do Nordeste, 14 (4) out/dez, 1983.
19. MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira, Petrópolis, Polis/Vozes, 1987.
20. OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita, Rio de Janeiro, Graal, 1984
21. _____ . Elegia para uma Re (li) gião, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
22. RODRIGUEZ, Otávio. A Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL, Rio de Janeiro, Forense - Universitária, 1981.
23. SMITH, Roberto. Aspectos da Industrialização no Nordeste e a Dinâmica da Acumulação, Fortaleza, CAEN, Texto nº 84, 1984.